

Os avanços da História Antiga no Brasil

Glaydson José da Silvaⁱ

1. O surgimento da História e da História Antiga como disciplina

A História, como gênero literário, surge entre os gregos, mas a reflexão histórica e sua escrita remontam à Antigüidade oriental (Carreira 1993), nas continuidades das listas reais, na escrita oficial dos escribas, na necessidade de memória da narrativa bíblica. Como observa François Hartog, *os gregos apresentam-se (...) como quem chega tarde na cena da historiografia* (2001: 16), mas é deles que parte a noção do historiador como uma figura subjetiva com um posicionamento crítico em relação aos registros que tem o passado como objeto. Já no discurso épico da *Ilíada* o papel do *hístor* era o daquele que julgava, arbitrava quando das disputas, das contendias (Homero, *Ilíada*, 23, 482-487), tendo que opinar no litígio e ditar a sentença mais reta, guardando, assim, uma lembrança do passadoⁱⁱ. A reflexão sobre o passado alcança, com Xenófanes e Hecateu, antes dos “fundadores” da narrativa histórica – Heródoto e Tucídides, a preocupação com o rompimento com a crença nos deuses, a insustentabilidade da cronologia mítica, a incerteza do conhecimento humano e sua relatividade, a investigação empírica. É conhecida a passagem de Hecateu, nas *Genealogias*, que diz que *as histórias dos gregos são muitas e são ridículas*, buscando romper com a tradição e com as fantasias (Momigliano 2004: 55). Com Heródoto vem a *historía*, a história como investigação, pesquisa, observação e, de modo diferente das narrativas orientais, o autor sem vínculo oficial direto, sem remuneração. *Se os gregos inventaram alguma coisa, é menos a história que o historiador enquanto o sujeito que escreve* (Hartog 2001: 17). No prefácio de suas *Histórias* Heródoto demonstra-se, a um só tempo, interessado em preservar a memória das ações humanas, dos gregos e dos bárbaros, para que não sejam esquecidas, mas, também, em investigar a verdade sobre ela, buscando suas causas. Com Tucídides tem-se a proposição do relato de um grande evento – a História da Guerra do Peloponeso –, o mais digno de nota (I, 1), cuja autoridade da narrativa se centra no fato de o autor ter vivido na época mesma do desenrolar dos acontecimentos. É a narrativa da experiência política, com vistas à oferta de uma interpretação precisa e imparcial do acontecido, sem implicações míticas, com uso de documentos, textos transmitidos pela tradição e informações orais, enfim, provas. Tucídides desejou diferenciar-se dos poetas, que adornavam os feitos para torná-los maiores, e dos logógrafos, que os desejavam tornar atraentes para suas audiências (I, 20,1). A preocupação

com as causas da guerra, os eventos a ela anteriores leva uma reflexão sobre o passado, imprescindível para compreensão do presente, só lhe tendo interesse nesse sentido. A compreensão da guerra oferecia um caráter de aprendizado, pautado no repetitivo das experiências humanas, do novo igual ou semelhante ao acontecido (I, 22).

No mundo romano, Políbio, o narrador do expansionismo de Roma, da Primeira Guerra Púnica à destruição de Cartago e Corinto, preocupou-se com as causas dos fatos e seus efeitos, tentando escrever uma história geral, universal, não restrita a assuntos circunscritos. Como observa Paul Pédech na introdução da edição francesa das *Histórias*, da Belles Lettres (1989, XII), Políbio *procurou a economia geral e global dos acontecimentos*, instância na qual o fato só tem valor no conjunto; para ele a tarefa do historiador é instruir e convencer com a veracidade das palavras (I, 56), sendo esta a utilidade maior da *História*. O relato dos acontecimentos passados também se assenta no seu caráter útil, em Salústio (*Guerra de Jugurta*, IV, 1) - o que em Cícero se desdobrará com a idéia da História como *magistra uitae* (mestra da vida), fornecedora de exemplos a serem observados e seguidos.

A historiografia de gregos e romanos posterior a Heródoto e Tucídides, e também Aristóteles, inspira-se e refere-se a esses autores (Funari & Silva 2008: p.24), e isso não é ocasional. A preocupação com a memória dos eventos passados, o quadro cronológico e uma interpretação dos acontecimentos são elementos de historiografia que são encontrados em muitas civilizações (Momigliano 2004: 55), e a alusão a essas primeiras experiências da narrativa histórica, ora para criticar ou fundamentar-se figura na base do conhecimento histórico posterior. *Da historie herodotiana à história moderna, passando pela historia romana e medieval, a continuidade parece efetivamente clara* (Hartog 2001: 16). Desse modo, em uma longa tradição interpretativa, de um lado tem-se as necessidades de registro, as concepções de tempo, as idéias de continuidade, a preocupação com o presente, o rompimento com o mítico, com o fantástico, a necessidade de documentos, a impossibilidade de se tangenciar o real e os limites do conhecimento, a busca pela compreensão do total, o imperativo da pesquisa e, de outro, os juízos proferidos, a busca pelas causas e conseqüências, a crença no que se repete das ações humanas, os vínculos com os poderes oficiais, a História com caráter didático – mestra da vida. Aspectos definidores e presentes, *ab origine*, no ofício dos historiadores, os pontos ora arrolados são de compreensões historicamente variáveis. Presentes na historiografia antiga, fundaram a reflexão histórica e perpassam, ainda hoje, o ofício e as preocupações dos historiadores. A História como ciência e a própria História Antiga como disciplina que lhe é agregada são indissociáveis desses pontos.

Voltadas para objetivos como a preservação da memória do passado, exemplo de modos de vida, narrativa do passado para compreensão do presente, as idéias de História, como campo do saber que se volta para o passado, pensadas na Antiguidade, não diferem, em essência, do pensamento historiográfico moderno. A *natureza* do conhecimento histórico, seus objetos e seus métodos, desde as *Histórias* – de Heródoto, e a *História da Guerra do Peloponeso* – de Tucídides, colocam aos analistas questões semelhantes.

A escrita da História pode ser entendida, *grosso modo*, como um olhar do presente para o passado. Parte integrante da grande área História, com a História Antiga isso não se passa de modo diferente. Indissociável na Europa de uma perspectiva intimista, voltada para a compreensão dos passados nacionais, e no resto do mundo de uma perspectiva eurocêntrica, a História Antiga, canonicamente a do mundo clássico, figura, em diversos países, na base dos conhecimentos necessários para o entendimento da origem das coisas, das instituições, dos povos.

A idéia da existência de uma História antiga foi desenvolvida por pensadores do Renascimento (...) Pressupunha, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma recuperação, religiosa e cultural, entre dois mundos. Uma ruptura que dava um certo sentido à História, como recuperação de algo perdido, como a restauração de um laço que tinha sido rompido durante a assim chamada História do Meio, a História Medieval. Deste modo, associava seu mundo contemporâneo, a Europa dos séculos XV-XVI, com um certo passado. Para eles, era a História Antiga do seu mundo. (Guarinello 2003: 51).

Um passado original é comumente erigido como objeto de conhecimento e imperativo necessário à compreensão do tempo presente, sendo, concomitantemente, o seu conhecimento a garantia de um futuro profícuo, assentado na legitimidade do que foi e, como corolário, postulando o que deve ser. Dessa perspectiva, valores, costumes, práticas e experiências que orbitam universos originais são lidos, interpretados, imaginados e reivindicados no estabelecimento de compreensões de questões contemporâneas e na oferta de respostas ao que, aos olhos dos ‘agentes’, se configuram como problemas no presente, fazendo do passado, aí, seu juiz e sua escola (Silva & Martins 2008:47). A esse liame entre História Antiga e mundo original se vincula uma visão teleológica e eurocêntrica da História da humanidade, que do Oriente Próximo passaria a Grécia e Roma, num *continuum*, culminado da civilização européia ocidental.ⁱⁱⁱ Compreensão da idéia de História e História Antiga apresentam-se como instâncias ligadas ao desenvolvimento da disciplina. *Desde a origem da disciplina História, o estudo da Antiguidade constituiu parte essencial e mesmo basilar do*

estudo do passado (Funari, Silva & Martins 2008: 08). De constituição como disciplina muitas vezes ligada a um pensamento nacional, a história do mundo antigo com frequência atuou na construção da idéia de nação de muitos países europeus, pela glorificação do passado e a legitimação de seu presente por ele. Chamada a se pronunciar, ora para legitimar ascendências étnicas gloriosas ou para conferir direitos territoriais assentados na ancestralidade de ocupação dos espaços, a História Antiga teve a esse respeito um papel definidor (Silva 2007: 38). Ainda que a reflexão histórica a ele anteceda, e remonte aos primórdios orientais e greco-romanos, é no século XIX e com a necessidade de explicar as nações, sobretudo, que o pensamento histórico se desenvolve como ciência e se institucionaliza, tendo o Estado à frente como produtor e organizador de documentos. A História Antiga, aí, também teve seu papel.

No mundo acadêmico a História Antiga esteve, em essência, na base da constituição de diferentes modelos interpretativos da sociedade.

Não é à toa que, em pleno século XXI, a História do mundo moderno continue a ser proposta, continue a ser referido, *ipsis uerbis ac schematibus*, à Antiguidade (*pace* Carlo Ginsburg, *inter alios*). Disciplinas modernas, como a Sociologia de Max Weber, fundaram-se na erudição da *Altertumswissenschaft*, assim como uma pletera de modelos interpretativos, como no caso notável das raízes aristotélicas do *habitus* de Pierre Bourdieu (Funari, Silva & Martins 2007: 08).

Resultado de um olhar do presente sobre o passado, as narrativas sobre a História Antiga foram pautadas por idéias de continuidade e herança cultural e, também, por muito tempo estabelecidas tendo por base a idéia de unidade social, no passado, porque da mesma forma seus propugnadores viam essa mesma unidade no presente. Diferentes mudanças no âmbito das Ciências Humanas não deixaram de afetar a História Antiga, tanto numa perspectiva européia quanto global. Do mesmo modo que influenciou disciplinas como as Letras Clássicas, a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia, a História do mundo antigo foi muito influenciada por elas, incorporando a riqueza da análise interdisciplinar à práxis do historiador da Antiguidade. Do auxílio epistemológico de outras áreas do conhecimento humano à consolidação da interdisciplinaridade como práxis de pesquisa e de uma narrativa positiva e ensimesmada a uma História problema, o “presentismo”, como corolário de todas essas inquietações, talvez seja uma das conseqüências mais incômodas e, ao mesmo tempo, uma das que mais contribuições teóricas aportou à História Antiga (Silva 2007: 26). Campo profícuo, foi esse um espaço marcado por evidenciar aos historiadores da Antiguidade o aspecto eminentemente discursivo de seu ofício, levando-os a refletir acerca da relatividade de seu próprio fazer.

Ainda no domínio dos avanços epistemológicos, a História da Antigüidade Clássica, e do mundo antigo de maneira geral, tem sido acompanhada, ao longo dos últimos anos, principalmente a partir do início da década de 1990, de grandes mudanças ocorridas nos domínios da História. A consciência de que o historiador produz, com seu ofício, espaços, tempos, indivíduos e práticas, ao passo em que ele próprio se encontra inserido em contextos e conjunturas específicas aportou, desde algumas décadas, significativas mudanças para a epistemologia da História Antiga. A convicção por parte de muitos historiadores da cultura, mas não só, de que os objetos são criados, constituídos e de que o historiador é também uma espécie de narrador tem conferido um deslocamento da acentuação de grandes paradigmas explicativos do mundo antigo (que estabeleciam conhecimentos definitivos e sínteses totalizadoras a respeito da cidadania, da escravidão, das relações sociais, das instituições) para uma História Antiga que se quer mais plural, mais diversa. O rompimento com modelos normativos e homogeneizadores trouxe, em seu bojo, uma visão mais ampla da complexidade dos processos culturais, propondo novas relações da ciência histórica com o tempo, com os fatos, com a realidade, com as tradições (Silva 2008: 17). O reconhecimento da diversidade cultural, a não essencialização/naturalização do humano e a visão do mundo como conflito podem ser entendidos como alguns dos grandes influxos da História Antiga nas últimas décadas. As pesquisas brasileiras em História Antiga não deixaram de se inserir nas discussões levadas a termo no cenário internacional, mas não deixaram, também, de evidenciar as especificidades da História da Antigüidade aqui desenvolvida, mostrando como podem contribuir com os debates nos ambientes hegemônicos (Silva 2007: 21-22; Carvalho & Funari 2007: 16). No Brasil, a ausência de uma tradição clássica parece ter contribuído para o desenvolvimento de uma historiografia menos comprometida com valores identitários e nacionais, ainda que tenha carregado e carregue, em parte, marcas de uma certa colonização intelectual, manifestas da escolha dos temas^{iv} às abordagens, que guardam estreitos laços com um passado onde nem sempre a passividade e a subserviência diante dos impérios coloniais foram objetos de problematização, talvez por terem sido percebidas pela historiografia como aprioristicamente já dadas (Silva 2007: 26). Aberta a novos influxos teórico-metodológicos (Feitosa, 2003) e alinhada com a produção historiográfica internacional, a pesquisa em História Antiga no Brasil desafia o caráter de exotismo a ela imputado e aponta, hoje, para perspectivas promissoras – tudo isso a evidenciar a importância e a solidez que agrega com os passos trilhados.

2. Reflexões sobre a pesquisa em História Antiga no Brasil

O desenvolvimento da História Antiga como disciplina no Brasil é indissociável do desenvolvimento própria universidade. Já em 1934, quando da fundação da Universidade de São Paulo criava-se, ao mesmo tempo, pelo mesmo ato governamental, a *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, na qual a disciplina História Antiga integrava o quadro curricular da área de História. A expansão do sistema universitário brasileiro que sucede à fundação da USP se fez acompanhar, nas décadas que se seguiram, de um crescimento do número de cursos de História. Disciplina obrigatória nos *curricula* do curso, a História Antiga passa a ser ministrada em um grande número de universidades, com aportes inicialmente modestos, mas crescentes, para o ensino e a pesquisa em Humanidades em nível nacional.

Nas grades curriculares, à margem de outras disciplinas, a História Antiga ocupa um lugar paradoxal. Por um lado, pouco privilegiada em carga horária, número de docentes e variação temática (as antiguidades orientais e, mesmo, as americanas, praticamente, inexistem nos *curricula*, com predominante viés eurocêntrico e majoritariamente voltado para a Antiguidade Clássica), o que se apresenta como uma incongruência, sobretudo ao se considerar o arcabouço geocronológico que envolve; por outro, o papel atribuído à disciplina na formação geral dos historiadores encontra-se freqüentemente determinado pela relevância que lhe é conferida por evidenciar uma dita herança clássica ocidental. É em torno dessa herança que o lugar-comum acadêmico justifica a importância dos estudos clássicos.

Compreender a situação atual da História Antiga no país, o crescimento vigoroso que ora experimenta e seus desdobramentos para o ensino e a pesquisa implica refletir sobre a constituição dessa área de estudos no Brasil. Como observam Carvalho e Funari (2007: 14), *as pesquisas de História Antiga, no Brasil, remontam aos inícios da disciplina, no âmbito universitário. Eurípedes Simões de Paula, um dos primeiros historiadores universitários – grande propugnador da disciplina histórica, na recém-criada Universidade de São Paulo –, fundou a cadeira de História Antiga, tendo sido o primeiro catedrático.* Ao lado da disciplina História Antiga, outras da área de estudos clássicos (Filologia Grega, Filologia Latina, Literatura Grega, Literatura Latina) iniciaram-se junto com a própria Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e integraram, desde então, numa perspectiva interdisciplinar (Cardoso 1994: 389), a formação dos estudiosos. É em torno do Professor Eurípedes Simões de Paula que se desenvolve, ainda de modo incipiente, naquele que seria um dos principais centros formadores de historiadores do mundo antigo, um pólo de estudos da Antiguidade. *Sua tese de doutoramento já se destacava pela ambição de inserir-se no âmbito internacional e, ao mesmo tempo, por estudar a periferia, algo particularmente inovador* (Carvalho & Funari 2007: 14) –

Marrocos e sua relação com a Ibéria na Antiguidade (1946). Catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval, discípulo e sucessor de Fernand Braudel na universidade, o Professor Eurípedes Simões de Paula ministrará a disciplina até a sua morte (1977). Fundador da *Revista de História* (1950), um dos fundadores da *APUH* (1961 – Associação dos Professores Universitários de História – atual *ANPHU* – Associação Nacional dos Professores Universitários de História) e pioneiro no reconhecimento da importância da História da África (MOURÃO 1983: 452-4456) e dos estudos orientais (Pinkuss 1983: 489-494) em nosso meio, será ele o primeiro mestre orientador de teses em História Antiga no país, na Universidade de São Paulo. Para além da originalidade da área em contexto brasileiro, há que se observar as escolhas dos temas em História Antiga tratados; a medicina no Egito faraônico, o Código de Hamurabi, as corporações de ofício romanas *estão presentes, mas são largamente suplantados em frequência pelos bem menos aventados*.

Ao abordar, por exemplo, aspectos da escravidão na antiga Roma, preferiu ele a delicada questão dos libertos a aspectos mais correntemente tratados. O pioneirismo temático, igualmente, não deixou de se manifestar, como em trabalhos sobre a população grega – numa fase em que os estudos demográficos ainda estavam muito longe de desfrutar do prestígio dos tempos recentes – e no qual, além do inusitado do assunto central, encontramos conotações que relevam pronunciadamente do âmbito da História das Mentalidades, que apenas cerca de trinta anos depois iria se consolidar como gênero literário autônomo (SILVA 1983: 557).

Num período de formação da universidade brasileira, o curso de História da Universidade de São Paulo é fortemente influenciado por uma matriz francesa – estimuladora das pesquisas na área de História Antiga. Do conjunto de doutorados produzidos na USP entre 1951 e 1973 por aquela que se pode denominar a primeira geração de formadores, de um total de 83 teses, 09 são de História Antiga e 14 de História Medieval, o que é digno de registro. A esses números se confrontam 02 teses de História Moderna, 01 tese de História Contemporânea, 06 teses de História da América, 24 teses de História do Brasil Colonial, 19 teses de História do Brasil Império e 08 teses de História do Brasil República (a esse respeito ver: Capelato, Glezer & Ferlini 1994: 352). Os trabalhos de doutorado orientados pelo Professor Eurípedes Simões de Paula em História Antiga, História Medieval e outras áreas correspondem a uma parcela significativa dos doutorados defendidos nesse período^v. *Esse esforço de formação de doutores em História Antiga e Medieval teve o mérito de atrair pesquisadores para essas áreas e consolidar núcleo formador das especialidades, no Brasil* (Capelato, Glezer & Ferlini 1994:

353). No período subsequente, entre 1974 e 1993 registrou-se 11 teses de História Antiga, 18 teses de História Medieval, 09 teses de História Moderna, 04 teses de História Contemporânea, 11 teses de História da América, 38 teses de História do Brasil Colonial, 46 teses de História do Brasil Império e 140 teses de História do Brasil República (Capelato, Glezer & Ferlini 1994: 355). Ainda que modestos em relação aos outros indicadores, os números de doutoramentos em História Antiga e Medieval em um país no qual essas áreas não fazem diretamente alusão a uma “história nacional”, não deixam ter significação. Contudo, com 20 teses de doutoramento em 42 anos tem-se uma média de apenas 2,1 teses por ano. Com o objetivo de formar professores de História e Estudos Sociais de 5ª a 8ª séries, o currículo do curso de História da Universidade São Paulo é modificado em 1971; nele chama atenção o aumento da carga horária de História Antiga e História Medieval, com 240 horas cada uma, *em comparação com Moderna e Contemporânea, com 150 e 180 horas, respectivamente*^{vi} (Lourenço 2007: 4-5).

No que se refere ao primeiro período de formação e produção acadêmica na área de História Antiga, a década de 1970 apresenta como singularidade o fato de ser marcada pela repressão da ditadura militar.

A História Antiga será vista, no setor universitário, como controle ideológico e, assim, será identificada com a chamada Direita política do país. Nos currículos de História das grandes universidades brasileiras haverá o predomínio da História Antiga adotada de maneira factual, bastante positivista, fator esse que irá ao encontro dos objetivos da censura (Carvalho & Funari 2007: 14).

Característica de todos os regimes autocráticos, a interferência e presença de interesses do Estado na educação (Silva 2007: 115) se manifestam dos modos mais sutis aos mais explícitos, e inelutavelmente marcam a produção do conhecimento em todas as áreas nesses períodos de exceção. O estigma de área do conhecimento histórico marcada pela alienação intelectual, pelo afastamento de questões do presente e pelo elitismo e conservadorismo pode ser entendido como uma das seqüelas legadas à História Antiga no pós ditadura militar no Brasil. Nesse período, *os espaços das reflexões sociopolíticas, tão características e inerentes aos cursos de História, serão preenchidos por uma Antiguidade maniqueísta, olhada como algo curioso e não como um convite à análise dos processos históricos* (Carvalho & Funari 2007: 14). Ainda que as produções subsequente e o comprometimento de muitos historiadores da Antiguidade em envidar esforços no combate a esta percepção desenvolvida, ela ainda vigora junto ao senso comum de professores universitários, que não titubeiam em colocar freqüentemente em questão a necessidade/validade

dos estudos de História Antiga. Contrariamente aos pressupostos levados a termo por esse raciocínio, diferentes estudiosos têm apontado para um crescimento exponencial das pesquisas universitárias brasileiras na área a partir da década de 1990, associando esse crescimento à democratização do país (Funari, Silva & Martins 2008:10, Carvalho & Funari, 2007: 14). Essa multiplicação dos estudos tem sido acompanhada de uma ampliação do universo temático e teórico dos estudos realizados.

Em coletânea de textos sobre o mundo antigo de autores brasileiros recentemente publicada – *História Antiga: contribuições brasileiras*, seus organizadores constatavam que

Houve uma ampliação de objetos de pesquisa, de paradigmas interpretativos, mas, o que não é menos importante, houve uma significativa ampliação do universo social dos historiadores do mundo antigo. O caráter aristocrático da História, e da História Antiga, em particular, foi superado pela inclusão de estudiosos não oriundos das elites, cuja formação intelectual e acadêmica não era de berço, mas aprendida, tanto no Brasil como, de maneira crescente, também no estrangeiro. Os paradigmas interpretativos tradicionais, que enfatizam a homogeneidade social e o respeito às normas, foram, de forma crescente, contrapostos às visões multifacetadas e atentas aos conflitos (Funari, Silva & Martins 2009: 09).

Tendo ocupado, por longa data, um lugar reservado exclusivamente à erudição e à feitura de uma história desprovida de problema, as pesquisas em História Antiga no Brasil, hoje, alinham-se, em muitos casos, ao que de mais inovador tem sido feito em centros de excelência no exterior. O reconhecido caráter conservador, hierárquico e patriarcal da disciplina, que freqüentemente tem sido observado na produção historiográfica internacional, tem sido acolhido e, também, objeto de acuradas reflexões na historiografia sobre a Antiguidade no Brasil. Vê-se desenvolver aqui, sobretudo a partir da década de 1990, sob os influxos gerais que transformaram a ciência histórica nesse período, uma História Antiga mais problematizada, mais preocupada em compreender do que explicar. Desprovida de vínculos com uma tradição de estudos clássicos estabelecida e com vínculos que a ligam a uma fictícia história nacional (Roma antiga/Roma moderna, Gália/França, Germânia/Alemanha, Bretanha/Inglaterra, e.g.), a História Antiga desenvolvida no Brasil e em outros países vistos como periféricos no cenário historiográfico mundial da disciplina se beneficia de um não comprometimento ou de um comprometimento menor com questões identitárias nacionais, que comumente afetaram a produção de conhecimento nesse campo. Mesmo a idéia de herança cultural, de legado das

civilizações da Antiguidade Clássica, que esteve nas bases da constituição da disciplina e que transcende as fronteiras nacionais tem sido freqüentemente problematizada. O grande número de temas e sub-temas de livros, de autoria individual ou coletiva, de colóquios entre especialistas e de atas publicadas desses mesmos colóquios apontam para um novo rumo nas pesquisas sobre a Antigüidade no Brasil. Nesses, palavras como identidades, diversidade, fronteiras, margens, imagens, símbolos, representações, percepções, encontros, conflitos, presença, usos do passado etc., indicativas de inovadoras preocupações epistemológicas, apontam para uma Antigüidade cujas leituras tem sido menos normativas e mais problematizadas. Em resumo, *para uma Antigüidade pensada de uma maneira um pouco mais discursiva, menos linear, ainda que para isso seus leitores percam uma parcela talvez não pouco substantiva de uma herança outrora reivindicada* (Silva 2007: 31).

Aporte de capital importância para a sofisticação das análises históricas, a História Cultural, ao romper com a naturalização e a essencialização definidoras de indivíduos e práticas, no presente e no passado, representou um grande influxo para a História Antiga, em geral, e no Brasil, em particular. A consolidação da interdisciplinaridade como práxis de pesquisa e a percepção da inexistência de um passado absoluto, com verdades existentes e por serem resgatadas pelo historiador também representou um avanço nas pesquisas realizadas, o que se fez acompanhar de uma própria subversão do tempo histórico tal como tradicionalmente concebido. Não é alheio a parte significativa dos historiadores da Antiguidade no Brasil, hoje, que o passado é um construção dos historiadores e que a sua narrativa a respeito dele não é isenta de valores que lhes são contemporâneos. As leituras modernas do mundo antigo e a relação entre os historiadores da Antigüidade e a sua produção (isso nem sempre foi um truísmo), vertentes crescentes na ambiência historiográfica nacional sobre o mundo antigo, ganham fôlego e colocam a produção de diversos historiadores brasileiros em diálogo com um cenário intelectual maior, internacional (Veja-se o caso, por exemplo, do volume *New Perspectives on the Ancient World – Modern perceptions, ancient representations*, organizado por Pedro Paulo Abreu Funari, Renata Senna Garraffoni e Bethany Letalien e publicado em Oxford, em 2008a). Em uma perspectiva mais ampla, tem se procurado perceber na historiografia sobre o mundo antigo que imagens e lógicas históricas, em maior ou menor grau, estão comprometidas com o contemporâneo, o que consiste em pensar não a História simplesmente, mas suas próprias tradições interpretativas.

Essas mudanças, aliadas a diferentes métodos e à freqüência e à produção historiográfica internacional e ao diálogo com ela tem alavancado os estudos de História Antiga no Brasil, sendo a crescente produção nacional, percebida por meio de dissertações, teses,

livros, artigos, seminários e colóquios, representativa desses influxos. Apesar do grande número de problemas ainda por enfrentar e superar, não é ocasional que o estudo de História Antiga no Brasil seja hoje visto com otimismo (Feitosa, 2003). A formação de profissionais pós-graduados em nível de mestrado e doutorado tem aumentado exponencialmente; uma rápida análise do perfil dos inscritos em muitos dos concursos ocorridos para a disciplina nas universidades federais, por ocasião do projeto de expansão universitária levado a termo pelo Reuni - Reestruturação e expansão das Universidades Federais – aponta para isso. Dentre muitos aventureiros, historiadores sem nenhuma formação na área, hoje se pode perceber a participação de vários profissionais qualificados, com dissertações e teses defendidas no campo em que pretendem se inserir e com uma trajetória intelectual ligada, *ab origine*, a ele; trata-se, em muitos casos, de historiadores que trilham, desde a iniciação científica, os caminhos da pesquisa na área de estudos da Antigüidade. Da Universidade de São Paulo, inicialmente único grande centro formador de historiadores da Antigüidade, foi oriunda uma geração de historiadores do mundo antigo nas décadas de 80 e 90. Desses, alguns permaneceram no quadro docente da própria universidade, outros estruturaram a área de História Antiga em outras universidades, se inserindo no sistema de ensino superior brasileiro no próprio estado de São Paulo (na Universidade Estadual Paulista, *campus* Assis, e na Universidade Estadual de Campinas) e em instituições de ensino superior de outros estados da federação. Ao lado desses historiadores da Antigüidade formados no Brasil, alguns outros, formados em universidades estrangeiras no mesmo período compõem, desde a década de 1990, principalmente, um grande quadro docente formador de mestres e doutores. Os profissionais formados por essa geração, hoje, ensinam e orientam em diferentes programas de pós-graduação, formando novos mestres e doutores (Universidade Estadual Paulista – Franca, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e.g.); muitos outros, que se doutoraram recentemente sob os mesmos influxos, já sob orientação desses jovens doutores, ingressaram nos quadros de diferentes universidades estaduais e federais (Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Alenas, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Universidade Federal de São Paulo) e sua inserção, nas lides do ensino e da pesquisa, apontam para a nucleação e desenvolvimento de novos centros formadores de historiadores da Antigüidade no Brasil^{vii}. Além dos estudos de mestrado e doutorado a área de História Antiga viu desenvolver, com apoio de agências de fomento estaduais e federais, um grande número de pesquisas de pós-doutoramento (Vejam-se os casos, por exemplo, da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade de São Paulo).

Toda essa ampliação dos estudos e da área, resultante de um efeito de formação multiplicador, só pode ser e é possível em virtude da luta pelo reconhecimento e legitimidade da disciplina por parte de diferentes profissionais, mas, também, pelo incentivo e apoio financeiro das agências de fomento dos estados e da União. Da iniciação científica ao pós-doutoramento as pesquisas se beneficiaram e se beneficiam de bolsas para projetos individuais e coletivos, cuja contribuição para os avanços da História Antiga no Brasil são indeléveis. Em diferentes níveis de sua trajetória escolar, com apoio de órgãos brasileiros estaduais e federais e órgãos estrangeiros, alunos brasileiros têm experimentado estágios de formação integral e parcial em centros de excelência no exterior, o que tem possibilitado a complementação de seus estudos. Para os alunos em doutoramento regularmente matriculados em programas de pós-graduação no Brasil, por exemplo, e para esses próprios programas, o doutorado sanduíche se apresenta como uma possibilidade individual e institucional particularmente interessante.

A modalidade de bolsa de estágio de doutorado no exterior, comumente conhecida como Doutorado-Sanduíche, é uma das formas de financiamento à pesquisa das agências de fomento federais (CAPES e CNPq) e estaduais (como a FAPESP, no Estado de São Paulo) no Brasil. Como órgãos de pesquisa, formadores de recursos humanos, essas agências propiciam, a alunos de doutorado regularmente matriculados em Programas de Pós-graduação, a possibilidade de virem a desenvolver parte de suas pesquisas em instituições no exterior de reconhecida excelência acadêmica. Integrando políticas públicas de qualificação dos quadros de docência/pesquisa da União, os estágios de doutoramento, além de sua característica formadora têm, também, o grande mérito de criarem e fortalecerem vínculos científicos entre diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, em uma prática profícua de cooperações bilaterais (Silva 2004: 01).

Em uma perspectiva acadêmica, a realização de um doutorado-sanduíche se justifica pela pertinência teórica ou temática do projeto de pesquisa apresentado à necessidade de seu desenvolvimento no exterior. No caso da História da Antigüidade, área de estudos crescente, mas de constituição e consolidação recentes no Brasil, a possibilidade de realização de estágios doutorais em centros de excelência no exterior, viabilizando o acesso a fundos bibliográficos e documentais especializados constitui-se numa das principais oportunidades de qualificação para estudantes e professores de universidades brasileiras. Nessas oportunidades, alunos brasileiros têm acesso a bibliotecas e museus especializados, arquivos, centros e fundos documentais de excelência acerca de seu objeto de pesquisa, além, é claro, da possibilidade de apresentar e

discutir seu trabalho com especialistas - supervisor, pesquisadores e professores – o que muito contribui para o enriquecimento da pesquisa a ser desenvolvida.

Imperativos como esse, o de estágios de pesquisa no exterior, colocam para aqueles que pretendem fazer pesquisa e seguir carreira na área de estudos da Antiguidade a necessidade de conhecimento de alguma língua estrangeira (inglês, francês, espanhol, italiano, alemão, e.g.) – além daquela antiga, é claro, na qual se encontram escritos os seus documentos. Além da abertura de um universo outro de possibilidades de pesquisa (leitura de textos historiográficos e interlocução direta com especialistas), o domínio de uma ou mais línguas modernas faculta ao estudioso do mundo antigo a possibilidade de realizar parte ou totalidade de seus estudos no país estrangeiro em que vier a desenvolver a sua pesquisa.

Dois outros aspectos da pesquisa em História Antiga devem ser observados – as pesquisas de Iniciação Científica (também financiadas por agências de fomento estaduais e federais) e as monografias que, em muitos casos, resultam das mesmas. Tais comprometimentos podem ser entendidos como uma espécie de laboratório para futuros pesquisadores/professores na área. Tendo a Plataforma Lattes como referência, o acesso aos *curricula* de muitos formadores indica a continuidade de pesquisa nos estudos do mundo antigo, em níveis subsequentes, de seus alunos de Iniciação Científica, que vieram a se tornar professores universitários de História Antiga, seja no ensino superior público ou privado. Essa continuidade pôde ser observada na trajetória de alunos que seguiram sua carreira acadêmica nas mesmas instituições em que se graduaram e em outras, distintas daquelas de origem.

Esses dados não são ocasionais, pois propiciam, como já referenciado, o ingresso no ensino superior de professores com dissertações e teses no campo ao qual se pretendem ligar – o que aduz a uma qualificação acadêmica da disciplina de influxos estruturais para o campo. Consideradas algumas limitações, sobretudo a ausência de dados completos, a Plataforma Lattes se apresenta como um importante instrumento para a análise do estado da questão. Uma consulta aos *curricula* dos atuais professores formadores (docentes em exercício ou aposentados com vínculo de orientação) das universidades públicas estaduais e federais aponta para um número crescente de dissertações e teses na área de História Antiga, em programas de pós-graduação. O quadro a seguir ajuda em uma percepção da relação entre especialização/qualificação profissional e formação docente. Despretensioso (só considera trabalhos apresentados nas universidades públicas estaduais e federais; não considera trabalhos orientados por professores já aposentados e sem vínculo atual de orientação, não relaciona tempo de exercício da docência/orientação), o levantamento que segue contempla número de

formadores e dissertações e teses desenvolvidas ou em desenvolvimento em departamentos de História. Observe-se:

Universidade	No. de formadores	Orientações em andamento		Orientações concluídas		Total de dissertações e teses	Ano de conclusão do primeiro formando
		M	D	M	D		
UEM	01	02	-	02	-	04	-
UERJ	01	04	-	03	-	07	2004
UFES	01	05	-	10	-	15	2005
UFF	04 ^{viii}	04	05	24	06	39	1989
UFG	01	07	03	11	-	21	2005
UFMG	01	01	02	04	-	07	1996
UFOP	01	01	-	-	-	01	-
UFPr	02	05	02	11	03	21	2001
UFRGS	02	07	01	06	-	14	1998
UFRJ	06	10	01	32	08	51	1994
UnB	01	05	02	01	-	09	2006
Unesp/Assis	02	04	02	12	05	21	1999
Unesp/Franca	01	05	02	05	-	12	2004
Unicamp	01	02	02	12	07	23	1999
Usp ^{ix}	04	07	06	25	19	59	1994

Ao passo mesmo em que a produção de dissertações e teses na área de História Antiga evidencia um crescimento e qualificação da docência e da pesquisa nesse campo de estudos no Brasil, o número estrito de formadores nos cursos de História (comumente 1 ou 2) ainda é pequeno – sendo pequena também a área de interesses que cobrem; tem-se, por exemplo, poucos trabalhos orientados sobre a antiguidade oriental. Essa constatação, contudo, desde há muito tem sido objeto de preocupações por parte dos estudiosos. Alunos de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul já manifestavam, em 1995, quando da realização da *I Jornada de Estudos do Oriente Antigo*, o desejo de suprir essa lacuna. Hoje o evento encontra-se em sua XV edição.

Comparado com o cenário anterior, de poucas instituições formadoras, do início (Funari 1991: 11) ou do final da década de 1990 (Gonçalves 2001), o quadro ora

apresentado aponta para um crescimento significativo do número de formadores e de dissertações e teses produzidas. Esse crescimento é indicativo da luta e mesmo da superação, em muitos casos, de dificuldades estruturais enfrentadas por estudiosos do mundo antigo no Brasil. Um marco no avanço da pesquisa em História Antiga consistiu na organização dos profissionais da área em torno de sociedades, grupos de trabalho e grupos de pesquisa especificamente voltados para a disciplina ou de caráter interdisciplinar, associados à Arqueologia e à Filosofia antigas ou às Letras Clássicas. Essa organização conferiu peso institucional aos interesses da área e, conseqüentemente, à sua consolidação. Fundada em 1985, a SBEC – Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, tem dentre seus principais objetivos: *desenvolver a pesquisa, com referência a toda a criação clássica; estimular experiências novas em estudos clássicos no ensino médio e superior; assegurar o intercâmbio e a cooperação entre as instituições, os profissionais e os estudantes de graduação e de pós-graduação, em tudo o que se refira à cultura clássica; orientar e incentivar a pesquisa, a produção e a publicação de trabalhos de conhecimento relativos à cultura da Antigüidade Clássica, facilitando sua difusão e intercâmbio* (Tópicos do capítulo II, artigo 2º do Estatuto da Sociedade). Congregando pesquisadores de todas as áreas relacionadas à Antigüidade, a SBEC orienta e incentiva a pesquisa, a produção e a publicação de trabalhos relacionados à cultura da Antigüidade Clássica, além de promover simpósios nacionais a cada dois anos e eventos intercalados em suas secretarias regionais. As reuniões da SBEC tem se apresentado, desde a criação da Sociedade, como um espaço de debate intelectual e de interação entre as diferentes áreas envolvidas. Como observa a Professora Zélia Cardoso de Melo, *travaram conhecimento, nessas reuniões, pessoas que tinham interesses similares, conquanto por vezes trabalhassem em áreas diferentes como Arqueologia, Antropologia, História, Filosofia, Teatro, Letras* (1994: 391). A publicação do periódico da SBEC, a revista Clássica, deu visibilidade a essas diferentes trocas. A respeito da SBEC ainda é importante apontar que a sua filiação à FIEC — *Fédération Internationale des Études Classiques* – aportou e aporta para os seus sócios um grande número de possibilidades de diálogos científicos e institucionais internacionais para as áreas que envolve.

Também em âmbito nacional, como a SBEC, a ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História – se constitui num fórum privilegiado para apresentação de resultados de pesquisa e debates na área de História Antiga, sobretudo a partir da criação de seu GT – Grupo de Trabalho Nacional de História Antiga. Criado em 2001, o GT significou um passo importante no fortalecimento da área, visto concentrar, quando dos eventos regionais e nacionais, a quase totalidade dos trabalhos de História Antiga em seu núcleo, facultando aos seus proponentes a oportunidade de um debate qualificado entre seus pares.

Paralelo a essas duas grandes organizações, um número crescente de grupos, centros e núcleos de estudos de História Antiga, de História Antiga e Medieval ou de cultura clássica em geral desenvolveu-se ao longo das duas últimas décadas em torno de universidades públicas. Para citar alguns: CEIA – Centro de Estudos Interdisciplinares da Antigüidade (UFF), CPA – Centro do Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e de sua Posteridade Histórica (Unicamp), LEIR – Laboratório de Estudos do Império Romano (USP), LHIA – Laboratório de História Antiga (UFRJ), NEA – Núcleo de Estudos da Antigüidade (UERJ), NEAM – Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (Unesp), NEMED – Núcleo de Estudos Mediterrânicos (UFPr), PEJ – Projeto de Estudos Judaicos e Helenísticos (UnB). Muitos desses grupos possuem uma linha de publicações regular de revistas, algumas delas, inclusive, voltadas para a produção de alunos de iniciação científica (iniciativa louvável). Dois exemplos de periódicos que reúnem um grande número de estudiosos de História Antiga e que mantêm regularidade na sua publicação são o Boletim do CPA (Unicamp) e a revista Phoênix^x (UFRJ). Com páginas na internet, esses e outros grupos disponibilizam uma agenda de eventos e cursos por eles organizados e por grupos de outras instituições. Com frequência se pode encontrar nessas páginas, também, para download, artigos resultantes de pesquisas desenvolvidas por seus membros, além de uma rica lista de indicação de sites de bibliotecas (inclusive digitais), bancos de textos com artigos de pesquisadores e obras integrais de autores gregos e latinos – essas em diferentes línguas (inclusive bilíngües – inglês/latim, inglês/grego, francês/latim/francês/grego, e.g.), banco de imagens, grafites, museus. O grande número de recursos on-line para os estudiosos do mundo antigo é, ainda, pouco conhecido e, em decorrência disso, pouco utilizado no Brasil. Para citar alguns casos veja-se, por exemplo: Corpus Scriptorum Latinorum - <http://www.forumromanum.org/literature/index.html>, Corpus Inscriptionum Graecarum - <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/138523/Corpus-Inscriptionum-Graecarum>, Corpus Vasorum Antiquorum - <http://www.cvaonline.org/cva/projectpages/cva1.htm>, Hodoi Elektronikai – Du texte à l’hipertexte - <http://mercure.fltr.ucl.ac.be/Hodoi/concordances/intro.htm>, Library of Ancient Texts Online - <http://sites.google.com/site/ancienttexts/>, Perseus Digital Library - <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>, The Philological Museum - <http://www.philological.bham.ac.uk/bibliography/>, Institut des Sciences et des Tcheniques de L’Antiquité - <http://ista.univ-fcomte.fr/>, Tour sur l a Rome Antique d’ après les auteurs modernes - <http://pagesperso-orange.fr/textes.histoire/index.htm>, Aphrodisias in Late Antiquity - <http://insaph.kcl.ac.uk/ala2004/index.html>, Women & Gender in the Ancient World – <http://www.stoa.org/diotima/> Esses e outros espaços virtuais facultam aos estudiosos da Antigüidade um grande número de possibilidades de pesquisa.

As perspectivas promissoras da disciplina não devem ocultar, contudo, os problemas que ainda enfrenta. Dentre esses se pode citar o número reduzido (mas crescente, em muitos casos) de títulos nacionais e estrangeiros (fontes e produção historiográfica) da área nas bibliotecas universitárias e as ainda incipientes linhas de publicação de produções brasileiras e de traduções. Problemas dessa ordem têm sido enfrentados com bons resultados com a criação de coleções voltadas para a Antiguidade junto a editoras universitárias e particulares por profissionais da área atuantes em grupos de pesquisa estabelecidos. Para citar dois exemplos profícuos, veja-se a coleção *História e Arqueologia em Movimento*, da Editora Annablume, em São Paulo, e os livros produzidos por participantes do grupo de estudos da Antiguidade do LHIA – *Laboratório de História Antiga*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciativas como essas tem dado vazão à demanda editorial de dissertações e teses originais aqui produzidas. Por outro lado, o mercado de traduções ainda dá a *best-sellers* da área e títulos clássicos um lugar privilegiado. Esses últimos devem sempre ser valorizados, contudo, haveria que se fazer uma distribuição mais equitativa dos esforços, no sentido de se valorizar, também, a moderna produção historiográfica em língua estrangeira na área. No que se refere às fontes de pesquisa, o mercado editorial brasileiro conta, hoje, com vários títulos bilíngües estabelecidos e publicados por especialistas (Gonçalves, 2001), o que propicia ao estudioso a facilidade de poder cotejar o texto traduzido com o original. Mesmo outras fontes traduzidas e não acompanhadas do texto original, ainda que não se apliquem às lides de uma pesquisa acurada são de grande utilidade didática e de vulgarização.

O estudo do mundo antigo coloca, ao pesquisador que se envolve nessa área, a necessidade de conhecimento das línguas antigas, sobretudo daquela na qual se encontra os documentos que analisa, no caso daqueles que lidam com a tradição textual mas, também, no daqueles que lidam com outros suportes e que têm no cotejamento das informações de suas fontes com os textos um recurso, profícuo, vale dizer, do qual se valem. Esse conhecimento possibilita aos estudiosos o acesso em primeira mão às informações contidas nos documentos que analisam, conferindo-lhes uma autonomia muito maior do que a que poderiam ter se fizessem uso de traduções de suas fontes – isso lhes possibilita discutir e propor interpretações a partir das mesmas (Feitosa: 2003) assegurando o rigor necessário à pesquisa. Não se pode conhecer, de forma razoável, uma civilização, se não conhecermos sua língua, seus conceitos, suas formas de expressão (Funari 2001: 25). A necessidade de o pesquisador saber freqüentar a fonte que estuda em sua língua original não invalida, é claro, aquela das traduções. O acesso ao conhecimento das línguas “mortas”, contudo, nem sempre pode ser facilmente observado – isso para o latim e para o grego^{xi}; o problema se agrava ainda mais em relação aos hieróglifos egípcios, ao hebraico, ao sânscrito e outras línguas de conhecimento menos difundido – da

inexistência de cursos à falta ou pequeno número de profissionais especializados para ofertarem cursos dessas línguas. Essas questões não se colocam para um aluno que estuda História do Brasil, por exemplo. Grandes universidades que possuem cursos de Letras, sobretudo as públicas, possibilitam a seus alunos a frequência a cursos de latim e grego e outras línguas antigas, possibilitando-lhes uma formação mais sólida para seus empreendimentos de pesquisa, mas esse diferencial, contudo, nem sempre pode ser observado em faculdades isoladas e universidades outras, públicas e privadas.

Aos problemas que se lhe apresentaram ao longo de sua trajetória a História Antiga no Brasil apresentou e apresenta, por meio de seus pesquisadores – alunos e professores – propostas de resolução. Da concentração dos núcleos formadores na Região Sudeste e conseqüente centralização das pesquisas nos mesmos caminha-se, hoje, para uma prática mais descentralizada. Novos centros estão surgindo e a promoção freqüente de eventos científicos da área fora do eixo Rio-São Paulo na última década pode ser apontada como um exemplo não só do crescimento dos estudos do mundo antigo no país, mas, também, de sua difusão por estados da federação onde não se conhecia nenhuma tradição em torno dos mesmos^{xii}. A promoção desses eventos propicia a alunos e professores que se encontram fora do eixo Rio-São Paulo (onde estes ocorrem em maior número), uma atuação/interlocução mais efetiva junto a seus pares de área. Como observou a professora Ana Teresa Marques Gonçalves, da Universidade Federal de Goiás, *os eventos científicos são a única chance de que dispomos para encontrar nossos pares, para discutir nossas pesquisas, para conhecer novos e antigos pesquisadores, enfim, para salutarmente trocarmos idéias e aprendermos sempre um pouco mais* (2001).

Paralelo a essa difusão de eventos na área pôde-se ver nos últimos anos conferencistas estrangeiros de renome nos estudos sobre o mundo antigo, vindos para o Brasil por meio de intercâmbios, convênios e parcerias com pesquisadores de universidades com tradição em História Antiga já consolidada, oferecerem ciclos de palestras e conferências em diferentes universidades do país. Muitos professores brasileiros também têm feito incursões internacionais, o que mostra não só o crescimento mas, também, o reconhecimento dos trabalhos aqui desenvolvidos. Aspectos como esse estão a evidenciar que o fortalecimento da Antiguidade no Brasil também se faz com trocas e parcerias institucionais^{xiii}.

3. Reflexões sobre o ensino de História Antiga no Brasil

Campo indissociável da pesquisa, o ensino de História Antiga no Brasil demanda uma reflexão a seu respeito ao se tratar dos caminhos trilhados pela disciplina no país.

Em 1995, quando da criação da revista *Phoênix*, questionando o senso comum de que era impossível pesquisar História Antiga no Brasil os editores da revista ironizavam com a frase “*Nas escolas brasileiras, aprende-se que Adão foi o primeiro homem e o segundo, Cabral*”. Referiam-se com isso ao considerável interregno entre Adão e Cabral que era negligenciado no Brasil pela incompreensão do valor dos estudos nesta área.

Havia o equívoco em considerar que os estudos da Antigüidade diziam respeito a sociedades mortas, a partir de documentos lacunares e duvidosos. Havia o equívoco em não perceber a atualidade, a modernidade e a pertinência dos estudos da Antigüidade. Havia equívoco, portanto, em avaliar o saber histórico com o crivo do burocrata, incompatível com o real desafio do historiador: indagar, pesquisar, criticar e fazer nascer a História Antiga do diálogo entre o antigo e o moderno, ou se preferirem, entre antigos e modernos

(Theml & Andrade 2005:

9)

Pode-se inferir que a expressão dos conteúdos de História Antiga nos livros didáticos sempre esteve associada à resposta à seguinte questão: qual a utilidade/validade de se estudar História Antiga no Brasil? No Império, em 1838, quando se introduziu o ensino de História no Colégio Pedro II – primeiro colégio secundário oficial do Brasil, consonante a um projeto “civilizacional”, as disciplinas de História, Latim e Grego integravam, baseando-se em sistemas europeus, a formação clássica humanista dos alunos, filhos da “boa sociedade”. Estas duas últimas disciplinas, sobretudo, tinham uma carga horária semanal muito maior do que outras. O Decreto n. 4468 de 01 de janeiro de 1870, que alterava os regulamentos relativos ao Colégio Pedro II estabelecendo tanto no externado como no internato o mesmo sistema de ensino tinha dentre suas disciplinas, além do latim e do grego, as de História Antiga e Geografia Antiga. Nas reformulações seguintes, regidas pelo Decreto n. 6130 de 06 de março de 1876, para os alunos do 1º ano (o curso era, à época, de sete anos) previa-se a disciplina História Sagrada, que contemplava um *Resumo desta desde a criação do mundo até á fundação da Igreja*. No mesmo documento, para os alunos do 4º ano, para a disciplina História Antiga e média, previa-se o estudo dos *acontecimentos politicos com a correspondente geographia historica ; sciencias, letras e artes; quadros syncronicos e synopticos organizados pelos alumnos*^{xiv}. A concepção de educação levada a termo pelo Colégio Pedro II visava a reprodução dos quadros aristocráticos, para os quais uma elite conhecedora do latim e do grego e da cultura

clássica respaldava seus valores nobiliárquicos, mantidos com a República. Como observa Circe Bittencourt (2008: 194),

Nesse modelo de currículo de humanidades, voltado para a formação de valores aristocráticos, com uma concepção de um humanismo excludente, a identidade nacional era constituída quase que exclusivamente pela inserção do Brasil no mundo ocidental e cristão. A identidade nacional se constituía pela apreensão de um Brasil pertencente ao mundo civilizado europeu, de acordo com os valores racistas que colocavam (...) o branco como superior. O sentimento de pertencer a um mundo branco e seguidor de padrões estabelecidos por europeus cristãos predominava nos projetos de setores das elites encarregadas de conduzir a educação escolar (...). Tratava-se de um conhecimento escolar organizado para a formação das elites encarregadas de dirigir a nação (...). A idéia educacional mantinha o pressuposto de que a educação secundária e a superior eram reservadas para uma fração da população, os mais bem dotados economicamente, e esse grupo *iluminado* tinha a missão de governar o país e conduzir as massas.

Com a finalidade de construir a “História do homem civilizado moderno” e constituí-la, os estudos sobre o mundo antigo se estabeleceram nas grades curriculares e permaneceram, com maior ou menor relevância, em todas as reformas das mesmas e, também, do ensino, ainda que não mais com grande presença que conheceram nos idos do Império. O crescimento da História Antiga como disciplina e sua consolidação como área do conhecimento histórico no país conduziu a uma reflexão acerca de seu ensino, sobretudo em relação à maneira como é ensinada, hoje, nos ensinos fundamental e médio. Um aspecto importante e que talvez anteceda a essa questão esteja no propiciar aos alunos uma compreensão do por que estudar História Antiga. Algo que transcenda a idéia simplista de que os contemporâneos são herdeiros de gregos e romanos e que, por isso, devem estudar o seu legado e suas origens. Ainda que muitas de nossas palavras, instituições etc. tenham se originado na Antigüidade e se desenvolvido a partir dela, a Antigüidade em si só já bastaria como motivo de estudo, com o que comporta de específico e distinto de nós (Silva 2001). A problematização da idéia de herança, de legado, e conseqüente sofisticação das análises dos conteúdos de História Antiga pode auxiliar, inclusive, em uma compreensão mais detida de problemas sociais arraigados, instituídos. *A manutenção de desigualdades sociais e de opressões depende, diretamente, da propagação de valores considerados “clássicos”* (Funari 1997: 90).

O livro didático é o principal instrumento do qual se podem valer os professores, também de História, para ministrarem seus conteúdos; o conhecimento de História Antiga difundido no Ensino Fundamental e Médio no país passa, então, por esse filtro, e é também indissociável daquele da formação do próprio professor. Interligados, esses aspectos merecem uma reflexão.

Em junho de 2001, quando da realização do XXI Simpósio Nacional de História – *A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo*, o GT de História Antiga da ANPUH, em sua primeira reunião, estruturava-se em três eixos de discussão (Silva 2001: 1): História Antiga e Livro didático, coordenado pela Professora Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, Formação de Recursos Humanos em História Antiga no Brasil, coordenado pela Professora Dra. Regina Maria Cunha Bustamante e A Produção Intelectual em História Antiga no Brasil, coordenado pelo então mestre em História Professor Fábio Duarte Joly^{xv}. A estruturação temática abrangia aspectos referenciais do campo e sua percepção foi sintomática das necessidades sobre as quais importava refletir para o desenvolvimento da História Antiga no país. No simpósio, a professor Fábio Faversani apontava para uma constatação importante: *o livro didático é o único material disponível não só para alunos, mas também para professores. Sendo assim, conclui-se que o livro didático assume um lugar central no que se refere ao que seja o ensino de história e, em decorrência, um bom aferidor de sua qualidade* (2001: 11). Gilvan Ventura da Silva, por ocasião do mesmo evento, faz um importante balanço da questão, com um artigo intitulado *Simplificações e Livro Didático: um estudo a partir dos conteúdos de História Antiga* (2001a: 19-24), no qual aponta para cuidados necessários pela parte dos professores no sentido de converterem os livros didáticos em instrumentos pedagógicos eficientes e efetivamente formadores, apontando para seus freqüentes erros, anacronismos, desatualizações e juízos de valor. Baseado em sua experiência como professor Universitário e em trabalhos com críticas do livro didático feito junto aos alunos o professor Silva aponta para 05 tipos de simplificações presentes nos livros didáticos em relação aos conteúdos de História Antiga: a) simplificações processuais; b) simplificações teórico-conceituais; c) simplificações comparativas; d) simplificações valorativas e e) generalizações espaço-temporais; detendo-se sobre as mesmas apresenta uma importante caracterização dos principais problemas encontrados nos materiais utilizados no Brasil. Ainda por ocasião do mesmo evento, a professora Gonçalves apontava duas tendências principais nas coleções de História ao se estruturar o conteúdo de História Antiga:

Ou se tenta abranger de forma panorâmica todas as civilizações antigas orientais e ocidentais, ou, buscando aproximar o mundo contemporâneo do

passado, remete-se o aluno a uma procura das origens de certas instituições atuais, ressaltando-se o valor das civilizações grega e romana, principalmente. No primeiro caso, ao se tentar abranger um conhecimento tão grande, as informações se perdem no contexto geral. Lembramo-nos de um volume de uma coleção, dedicado à quinta série, no qual a civilização persa era tratada em três parágrafos, a civilização chinesa, em cinco parágrafos e a japonesa, em quatro parágrafos. Dessa forma, o aluno apenas sabe da existência destas sociedades ao invés de estudá-las e de buscar compreendê-las.

Carentes de problematizações nos livros didáticos de História, em geral, e nos conteúdos de História Antiga, em particular, habitualmente não são observados cuidados conceituais e necessidade de se evitar a reprodução de lugares comuns historiográficos há muito suplantados pelas pesquisas. No caso dos conceitos, em muitos casos, mais do que a ausência de cuidados a seu respeito o que se observa é que os próprios conceitos utilizados são representativos de concepções teóricas conservadoras e de desconhecimento historiográfico. Antes mesmo dos conteúdos clássicos, a utilização não explicada do conceito de Pré-História e o viés eurocêntrico que orienta o tratamento que lhe é dado já se apresenta como um problema. A convicção de que a história tem início com a ‘invenção’ da escrita e de que a Pré-História corresponderia ao período que a ela antecede está baseada na idéia de que só são documentos históricos os documentos escritos, entendidos como marcos que assinalariam a passagem do estágio de barbárie para as sociedades civilizadas. Em outras palavras, isto significa que a humanidade teria evoluído em estados sucessórios, de sociedades mais simples (sem escrita) para sociedades mais complexas (com escrita), e são essas as referências que ainda aparecem em diferentes produções didáticas. No caso do Egito, os livros didáticos reproduziram à exaustão um bordão que de tão repetido ao longo da História tornou-se clássico, segundo o qual o Egito seria uma “dádiva do Nilo”. Com essa frase, Heródoto referia-se ao regime de cheias do rio que deixavam, após sua passagem, os solos irrigados e férteis para a agricultura, acrescentando que

Em todo mundo, ninguém obtém os frutos da terra com tão pouco trabalho. Não se cansam a sulcar a terra com o arado ou a enxada, nem têm nenhum dos trabalhos que todos os outros homens têm para garantir as colheitas. O rio sobe, irriga os campos e, depois de os ter irrigado, torna a baixar. Então, cada um semeia o seu campo e nele introduz os porcos para que as sementes penetrem na terra; depois, só tem de aguardar o período da colheita. Os

porcos também lhes servem para debulhar o trigo, que é depois transportado para o celeiro (HERÓDOTO, 2,14, *apud* CAMINOS, 1994, pp. 17-18).

Para Caminos (1994, p.18), essa visão de Heródoto se explica pelo fato de seu autor ser originário de regiões nas quais “era necessário trabalhar muito para se conseguir uma magra colheita de um solo hostil rochoso”. A frase de Heródoto e o excerto citado negligenciam o fato de que as cheias e a descida das águas implicavam construção, desobstrução e muitas vezes reconstrução de diques, regos, canais de irrigação e drenagem, sempre susceptíveis ao volume das cheias. Tanto para esses trabalhos como para aqueles do preparo da terra e do cultivo eram necessários inúmeros trabalhadores – que nem sempre aparecem nas abordagens didáticas sobre o Egito, muitas vezes preocupadas em mostrar a beleza de suas pirâmides e obras faraônicas, sem explicitar os meios pelos quais foi possível sua construção. Ao trabalhar os conhecimentos de que dispõem os alunos, a problematização desse aspecto é de substantiva importância.

De volta à seara dos conceitos, na clássica linha do tempo, ora implícita ora explícita nos livros didáticos, vê-se para os mundos grego e romano a utilização de termos como helenização e romanização, ligados à idéia de imposição de valores e modos de vida de gregos e romanos em relação aos povos por eles conquistados. As próprias palavras levam a uma idéia de um segmento *ativo* (gregos e romanos) que se imporia sobre outros. A esses termos liga-se à idéia de imperialismo, de subjugação total do outro, não considerando que os povos vencidos, mesmo que conquistados militar e politicamente, não foram e nem poderiam ter sido *aculturados*, porque uma cultura jamais se impõe totalmente sobre outra, eliminando-a. Nesses processos históricos, há resistências culturais, conflitos, interações. Além do mais, os termos helenização e romanização reforçam a idéia de que Grécia e Roma, ao conquistarem outros povos, levavam a cultura, a civilização, o progresso para aqueles que não tinham nada disso, desconsiderando os modos de vida, as técnicas, enfim, a cultura desses povos, o que reforça alguns opostos binários de inferioridade e superioridade, civilização e barbárie.

Ainda em relação à Antigüidade Clássica, expressões como “o povo romano”, “o homem romano”, “a mulher romana”, ou mesmo “os romanos”, e “os gregos”, o “homem grego”, “a mulher grega”, permeiam os livros didáticos, desconsiderando toda diversidade e complexidade que não cabem nessas generalizações. Um escravo ou um cidadão romano na Bretanha, por exemplo, vive num mundo completamente diferente de um escravo ou de um cidadão na cidade de Roma. E tanto nesta quanto naquela as diferenças dentro de cada um dos grupos (de escravos e de cidadãos) podem ser muito grandes: os que vivem no campo e os que vivem na cidade, os que têm recursos financeiros e os que são privados deles, os instruídos e os

não instruídos etc. Nessa mesma perspectiva de abordagens generalizantes vê-se a experiência de cidades-estados gregas como Atenas e Esparta serem aplicadas a toda Grécia, um equívoco comum. Apesar de ser na estrutura política da *pólis* que se originaram e/ou desenvolveram, no mundo grego clássico, os fenômenos sociais e econômicos, em sua quase totalidade, eles não integram a experiência de todas as cidades gregas. No que se refere à democracia e à escravidão gregas, é da Atenas clássica que advém a parte mais expressiva dos documentos existentes sobre esses temas (fontes literárias, epigráficas, iconográficas, arqueológicas etc.). A *pólis* ateniense, como afirma Moses I. Finley (1989: 24), *pela primeira vez – ao menos na história ocidental –, apresentou a política como uma atividade humana, elevando-a em seguida à mais fundamental das atividades sociais*. Para além da existência do maior número de fontes, é em Atenas que se conhece o maior aperfeiçoamento do regime democrático, a ponto de muitos analistas considerarem que tratar de democracia grega significa tratar de democracia ateniense. A ênfase na experiência de Atenas se deve ao fato de ser a cidade do mundo grego que conheceu o maior aperfeiçoamento do regime democrático, sistema que não se pode compreender bem se dissociado de estudos sobre a escravidão. A cidadania, tema ligado a todas as experiências sociais, não pode ser entendida senão por uma percepção histórico-social. Ser cidadão é algo variável no espaço e no tempo, não só na história grega. A respeito da História da Grécia, Guarinello observa que em livros didáticos e manuais esta *tende a ser essencialmente uma História de Atenas e Esparta, precisamente as duas cidades menos típicas que poderíamos pensar como fazendo parte do mundo grego* (2003: 53). A limitação imposta, em muitos casos, pela documentação, associada ao desconhecimento historiográfico faz com que se expresse, nos livros didáticos, a experiência de Atenas e Esparta como a experiência grega.

Em relação a Roma, as generalizações são da mesma natureza. A idéia de “Roma antiga” expressa nos livros didáticos carece de uma ampliação conceitual. Roma

não foi apenas uma cidade, mas com a conquista, primeiro da Península Itálica e, depois, de todo Mediterrâneo, passou a designar o mundo dominado pelos romanos. Assim, Roma designa uma cidade antiga e todo um império, um imenso conglomerado de terras que, no seu auge, se estendia da Grã-Bretanha ao rio Eufrates, do Mar do Norte ao Egito. “Todos os caminhos levam a Roma” – diz um ditado criado pelos próprios romanos para dizer que todas as estradas conduziam à cidade de Roma, considerada o centro do mundo. Assim, Roma significa, ao mesmo tempo, uma cidade e um Estado (Funari 2002: 77).

Nessa mesma perspectiva de abordagem, Guarinello (2003: 54) se indaga se História de Roma é a História de uma cidade ou de um Império, e incomoda-se com o fato de que em artigos e livros, termos como “sociedade romana”, “cultura romana”, “economia romana” etc, não especificuem do que se trata – se da cidade de Roma, da Itália, ou do Império como um todo.

A complexa desestruturação do Império Romano, um outro exemplo, é com freqüência tratada de forma não menos generalista. Lê-se em muitos livros didáticos sobre o “fim do mundo romano” ou a “queda do Império romano” atribuída às “invasões bárbaras”. Do mesmo, o próprio conceito de decadência ainda é corrente em muitos desses livros. Por aceitação ou desconhecimento dos autores de muitos livros didáticos, não se observa que essa interpretação tradicional do “fim” do Império romano, muito comum no final do século XIX e início do XX, via como causas desse acontecimento questões ligadas a fatores como a “decadência moral”, a “mistura entre raças”, por exemplo, e não se considera que um grande conjunto de transformações se desenvolvia em Roma, desde o século III, e que essas transformações, na política, nas guerras, nas artes, nas leis, não constituíram uma ruptura repentina que atingiu todos os setores da vida do Império a um só tempo e que, por isto, não é pertinente falar em “fim”, “queda” ou “declínio” do mundo antigo. Isto porque a idéia de queda/fim de um império está vinculada a uma compreensão da história como uma dinâmica de ascensão e declínio, glória e decadência, na qual são negligenciados os processos históricos das transformações. A queda ou fim são freqüentemente atribuídos à presença e ao contato com o *outro* – no caso dos romanos, ela é associada ao encontro com os “bárbaros”. Esses são alguns poucos exemplos, que estão a evidenciar que conteúdos de História Antiga dos livros didáticos muitas vezes são reforçadores de compreensões sociais simplistas e que reiteram, no passado e no presente, valores simplistas que mais não fazem que distanciar ainda mais os temas de estudo da vida dos alunos.

A existência de livros didáticos veiculadores de conceitos normativos e, em muitos sentidos, ultrapassados, não deve invalidar, contudo, a existência dos mesmos^{xvi}. Uma preocupação importante e diretamente ligada a isso, como já aludido, está na própria formação dos professores. Há aqui uma sucessão de instâncias interligadas e decorrentes. O aluno com uma má formação universitária em História Antiga é o mesmo que vai reproduzir esses conhecimentos nas salas de aula do ensino fundamental e médio, e é também dos quadros que se forma que sairão aqueles que se tornarão autores dos livros didáticos, em geral. Uma mudança efetiva nesse quadro implica numa necessária transformação, via melhor qualidade do ensino dos conteúdos da área (maior número de horas-aula, especialização docente, amplitude

temática), na própria estrutura do ensino superior de História. Implica também, além da formação docente universitária a disponibilização de oportunidades de qualificação para professores já formados. Profissionais formados com melhores conteúdos têm, inclusive, maiores condições de assumirem um posicionamento crítico diante de materiais didáticos de qualidade ruim, encontrando-se aptos a instrumentalizarem seus alunos a fazerem o mesmo. Um outro aspecto a ser observado nesse quadro é a falta de autores especialistas junto às equipes que produzem livros didáticos de História, o que aduz à produção de conhecimentos a respeito nem sempre respaldados por pesquisas que comumente são acompanhadas por estudiosos da área. Mudar os livros didáticos, contudo, em proveito de um melhor conhecimento por parte dos alunos envolve procedimentos que, por vezes, ultrapassam fatores acadêmicos. Movimentando uma indústria milionária e envolta de grandes interesses mercantis, a produção de livros didáticos envolve instâncias de produção e consumo que não devem ser negligenciadas.

Quando tratamos que eles estão inseridos em circuito de comunicação ou de produção e consumo, queremos destacar que eles integram comprador (governo ou país), autor, editor, professor e aluno. Nesse circuito temos, de um lado, o editor buscando colocar no mercado um produto que tenha aceitabilidade e que, para tanto, procura um autor que se proponha a tratar de temas que vão das chamadas comunidades primitivas à história mundial recente, em uma obra dividida em quatro volumes. Aqui já aparece um limite intrínseco à produção desse tipo de obra. Como uma única pessoa ou uma pequena equipe de apenas até cinco pessoas pode estar a par do estado da arte em termos da produção acadêmica para produzir um texto de qualidade sob esse ponto de vista? Trata-se de algo, claramente, impossível. Aumentar a equipe significa uma série de problemas na execução dos trabalhos, contratos, manutenção de uma certa unidade da obra, etc. Não é a toa que as coleções didáticas não têm muitos autores (Faversani 2001: 13)

Os problemas que envolvem os conhecimentos de História Antiga ligados aos livros didáticos, despretensiosamente apresentados aqui, devem ser entendidos não simplesmente como constatações, mas, sim, como o reconhecimento de dificuldades contra os quais muitos profissionais tem se batido. Mudanças como o aumento de centros formadores, aumento do número de especialistas a cargo das disciplinas de História Antiga, aumento do número de trabalhos especializados e o acesso a eles e o desenvolvimento de reflexões teóricas na área podem ser entendidos como de importantes efeitos nos conhecimentos sobre esse campo

do saber – das universidades às escolas. Em 1997, retomando um debate iniciado dez anos antes, Funari já apontava para mudanças e importantes feitos nesse sentido, o que indica que o “estado da arte” da disciplina já vinha sendo pensado como objeto de preocupações. Mudar os livros didáticos significa, para além de suas instâncias de produção, também interferir no desejo de conhecer dos alunos, algo que sempre pode ser despertado.

Quase 15 anos depois da jocosa frase dita pelos editores da Phoênix, a situação do ensino de temas ligados à Antigüidade no país mudou muito; do reconhecimento dos problemas às buscas por respostas o quadro se diferenciou, apontando para um envolvimento cada vez mais efetivo dos profissionais da área nessas questões e para perspectivas mais promissoras no quadro geral dos avanços da disciplina, nas quais o ensino de História Antiga na universidade e o tratamento de seus conteúdos na escola fundamental e média constituem partes integrantes.

Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, C. Identidade nacional e ensino de história do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula – conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto. p.185-204.
- CAMINOS, R. A. “O camponês”. In: DONADONI, S. *O homem egípcio*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1994.
- CAPELATO, M. H. GLEZER, R. FERLINI, V. L. A, Origens e atuais linhas de pesquisa em humanidades. Escola uspiana de História, *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 8, n. 22, p. 01-10.
- CARREIRA, J. N. *História antes de Heródoto*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.
- CARDOSO, Z. de A. Letras Clássicas, *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 8, n. 22, p. 389-394.
- CARVALHO, M. M. de, FUNARI, P. P. A. Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações, *História*, São Paulo, v. 26, n.01, 2007, p. 14-19.
- COLEÇÕES DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível no site <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> Acessado em 23/08/2009. Acessado em 24/08/2009
- FAVERSANI, F. Ler e escrever: livros didáticos. *Hélade*, Número Especial, Rio de Janeiro, vol. 02, 2001, p. 3-10. Disponível no site <http://www.heladeweb.net/Portugues/indexportugues.htm> Acessado em 23/08/2009
- FEITOSA, L. M. G. C. *Entrevista* concedida ao jornal Philía, UERJ, 2003. Disponível no site http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/arq_hist_estrat/entrevista.html Acessado em 10/08/2009.

FINLEY, M. Esparta. In: _____. *Uso e abuso da História*. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FUNARI, P. P. A., GARRAFFONI, R. S., LETALIEN, B. *New Perspectives on the Ancient World – Modern perceptions, ancient representations*. Oxford: Archaeopress, 2008a. BAR International Series 1782.

FUNARI, P. P. A. *História Antiga – a renovação da História Antiga*. In: Karnal, L. (Org.) *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 95-108

FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J. da. Os avanços da História Antiga no Brasil. In: _____. *História Antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 07-09

FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J. da. *Teoria da História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma*. Vida Pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia. Amor e sexualidade. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNARI, P. P. A. A importância de uma abordagem crítica da História Antiga nos livros escolares. *Hélade*, Número Especial, Rio de Janeiro, vol. 02, 2001, p. 25-29. Disponível no site <http://www.heladeweb.net/Portugues/indexportugues.htm> Acessado em 23/08/2009

FUNARI, P. P. A. Cidadania, erudição e pesquisa sobre a Antiguidade Clássica no Brasil. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 3, 1997, pp. 83-97.

FUNARI, P. P. A. A situação da pesquisa em História Geral no Brasil: a pesquisa em História Antiga, Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Porto Alegre, SBPH, 11-12, 1991, p. 11-12.

GONÇALVES, A. T. M. *Hélade*, Número Especial, Rio de Janeiro, vol. 02, 2001, p. 03-10. Disponível no site <http://www.heladeweb.net/Portugues/indexportugues.htm> Acessado em 11/08/2009

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v.3, n. 1, 2003, p.41-61.

HARTOG, F. (Org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

LOURENÇO, E. Os currículos de História e Estudos Sociais nos anos 70: entre a formação dos professores e a atuação na escola. Anais do XV Simpósio Nacional de História – História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: ANPUH, 2007, p. 01-13. Disponível no site <http://snh2007.anpuh.org/site/anaiscomplementares> Acessado em 22/08/2009.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc, 2004.

MOURÃO, F. A. A. Eurípedes Simões de Paula e os estudos africanos na Universidade de São Paulo. In: MELLO, A. C. de (et. L. – Org.) *In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra*. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983. p. 453-456.

PINKUSS, F. Os estudos orientais na universidade de São Paulo: visão de um homem predestinado. In: . In: MELLO, A. C. de (et. L. – Org.) *In memoriam* de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983. p. 489-494.

POLYBE. *Histoires*. texte établi et traduit par Paul Pedech. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

SILVA, G. V. da. Editorial do GT de História Antiga. Anais do Grupo de Trabalho de História Antiga realizado no XXI Simpósio Nacional da ANPUH – de 23 a 25 de julho de 2001. *Hélade*, Número Especial, Rio de Janeiro, vol. 02, 2001, p. 03-10. Disponível no site <http://www.heladeweb.net/Portugues/indexportugues.htm> Acessado em 23/08/2009

SILVA, G. J. da. Doutorado Sanduiche e qualificação acadêmica em História Antiga. *Historia e Historia*, 2004. Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=perspectivas&id=6> Acessado em 24 de julho de 2009.

SILVA, G. J. da. *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o Regime de Vichy*. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, G. J. da., MARTINS, A. L. M. Genealogia e História Antiga. In: RAGO, L. M., FUNARI, P. P. A. (Orgs). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008. 47-58

SILVA, G. V. da. História Antiga e livro didático: uma parceria nem sempre harmoniosa. Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPUH-ES. (Des)Caminhos da Colonização. Vitória, 2001. Disponível no site <http://www.anpuhes.hpg.ig.com.br/listaanais3.htm> Acessado em 23/08/2009.

SILVA, V. D. da. Uma obra que suscitou necessidades acadêmicas. In: MELLO, A. C. de (et. L. – Org.) *In memoriam* de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

THEML, N., ANDRADE, M. M. “Entre Adão e Cabral”: a Revista Phoênix (1995-2004). Phoênix, 2005, pp.09-16.

ZUZEK, N. À memória de um pioneiro (Através das dissertações e teses orientadas). In: MELLO, A. C. de (et. L. – Org.) *In memoriam* de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983. p.601-605.

ⁱ Professor do Departamento de História da Unifesp – Universidade Federal de São Paulo. Diretor do CPA – Centro do Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e de sua Posteridade Histórica, da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas. E-mail: sglaydson@hotmail.com

ⁱⁱ Como observa François Hartog (2001: 35), a *historie de Heródoto, com seu zelo de guardar a memória do que aconteceu dos dois lados (gregos e bárbaros), conservará algo da posição do hístor como árbitro, mesmo se o historiador não é nem pode ser um hístor*.

ⁱⁱⁱ Com a Pré-História não ocorre de modo diferente – comumente nos livros didáticos vê-se passar, de modo abrupto, das aldeias de agricultores, caçadores e coletores para cidades populosas e urbanizadas do Oriente Próximo.

-
- iv Dentre temas tradicionais em História Antiga estabelecidos na década de 1960 pode-se citar, por exemplo: *as experiências históricas das civilizações do Oriente Próximo na Antiguidade; política, sociedade, economia e cultura; O legado para o Ocidente; a formação do povo grego; a expansão grega pela bacia do Mediterrâneo; política, sociedade, economia e cultura, mito e história, a helenização; a formação e expansão do mundo romano; a crise político-social e as lutas civis; o mundo romano sob o Império: a expansão pela Europa e Oriente, a Pax Romana e as influências orientais; política, sociedade, economia e cultura; a desagregação do Império* (Funari 2008: 102).
- v *É considerável o acervo de pesquisa histórica dos orientandos do Professor Eurípedes Simões de Paula. As 13 dissertações de mestrado e 26 teses de doutoramento perfazem 11.500 paginas datilografadas ou impressas. Das 109 teses defendidas no Departamento de História no período de 1939 a setembro de 1977, 42% foram orientadas por ele valendo a mesma coisa para 26% das 81 dissertações* (ZUZEK 1983: 602).
- vi *Uma possível razão para isto poderia ser o fato de que o Professor Eurípedes Simões de Paula, docente de Antiga e Medieval, tinha grande prestígio no Departamento* (Lourenço 2007:5).
- vii Alguns desses doutores já orientam em Programas de Pós-graduação, como é o caso da Professora Renata Senna Garraffoni, da Universidade Federal do Paraná.
- viii Esse total refere-se a dois professores efetivos (Ciro Flamarion Cardoso e Sonia Rebel Araújo), ao professor Marcelo Rede, que ora se encontra vinculado ao Departamento de História da USP mas que orientou, na UFF, duas dissertações de mestrado, e ao pós-doutorando Marcos Caldas, que orientou duas dissertações de mestrado.
- ix Os dados apresentados só consideram os trabalhos desenvolvidos no Departamento de História da FFLCH.
- x Para uma visão geral da produção desses grupos e de suas possibilidades de utilização ver Funari 2008: 102-106). Em relação à revista Phoénix, ver Thémel & Andrade 2005: 9-16.
- xi Em 1997, por ocasião de uma mesa-redonda para discutir os rumos do ensino e da pesquisa sobre a Antiguidade, no XIX Simpósio Nacional de História, Pedro Paulo Abreu Funari alertava para o fato da pouca flexibilidade *nos currículos de cursos superiores, para que os alunos que iniciam o curso de graduação possam dedicar-se, desde a iniciação científica, às disciplinas mais diretamente ligadas à Antiguidade Clássica*, dizendo das poucas *oportunidades para que os graduandos de História consigam seguir, com a regularidade necessária, as disciplinas de línguas clássicas, latim e grego*, constatando igual dificuldade para outras *imprescindíveis para a formação geral de um historiador da Antiguidade* como Arqueologia Clássica e Numismática (Funari 1997:86)
- xii Para citar alguns exemplos veja-se a realização, no presente ano, dos seguintes eventos: II Encontro Internacional e III Nacional de História Antiga e Medieval do Maranhão - Simbologias, Influências e Continuidades: Cultura e Poder (UEMA); VIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais/I Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais - O Conhecimento do Homem e da Natureza nos Clássicos (UEM). X Jornada de História Antiga e I Jornada de Estudos Antigos e Medievais (UFPEL); IV Ciclo Internacional de Conferências de História Antiga – XV Jornada de Estudos do Oriente Antigo (PUC – RS); Diálogos Mediterrânicos (UFPR).
- xiii Em 2008, por exemplo, o Programa de Pós-graduação em História e o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas, por meio da Escola de Altos Estudos da Capes, promoveram a vinda ao Brasil do reconhecido estudioso britânico da romanização – o professor Richard Hingley, do Departamento de Arqueologia da Universidade de Durham. O professor Hingley ministrou, na Unicamp, o curso *Globalizing Roman Culture*, de 18 horas aulas. Esse curso foi transmitido ao vivo, via internet e tele-conferência, para diferentes programas de pós-graduação do Brasil: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo; Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Unesp/Franca; Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Programa de Pós-Graduação em História, UNIRIO; Programa de Pós-Graduação em História, UFPR; Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio, Universidade Federal de Pelotas; Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 2009, o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista/Franca promoveu, também, a vinda do professor Jean-Michel Carrié,

da EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris). Dentro da mesma perspectiva, o professor Carrié proferiu, em diferentes universidades brasileiras, a palestra "Elitismo cultural e «democratização da cultura» no Império Romano Tardio", além de, como o professor Hingley, ter se reunido com pesquisadores – alunos e professores. As universidades visitadas pelo professor foram: Unicamp, Usp, UFES, UFPr, UFOP, Unirio e UFRJ.

^{xiv} Para essas e outras referências à legislação curricular do Colégio Pedro Segundo ver documentação oficial disponível (Decreto N. 8051-1881 altera os Regulamentos do Colégio Pedro II; Decreto N. 1556 - 1855 Aprova o Regulamento do Colégio Pedro II; Decreto N. 1556 - 1855 Aprova o Regulamento do Colégio Pedro II; Decreto N. 4468 - 1870 Altera os Regulamentos Relativos Colégio Pedro II; Decreto N. 6130 – 1876. Altera os Regulamentos do Colégio Pedro II) no site <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>

^{xv} Os textos apresentados quando da realização do evento foram publicados na revista digital Hélade e podem ser consultados em: <http://www.heladeweb.net/Portugues/indexportugues.htm>

^{xvi} *É possível que o livro didático escape a esses discursos alienantes e conservadores do status quo? A pergunta não é retórica, pois não raro se acaba culpando a forma, no caso, o livro didático, por um problema de conteúdo. Os livros são sempre bons, até mesmo os piores livros didáticos. Afinal, leitores ativos, críticos podem ser estimulados a desconstruir qualquer discurso* (Funari 2001: 28)